

Pablo Nabarrete Bastos

(UFF)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5981-9107>.

E-mail: pablobastos@id.uff.br

**Modelo teórico-metodológico
para a compreensão das
disputas por hegemonia na
práxis de movimentos sociais:
uma proposta oriunda
de pesquisa com o Movimento
dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra (MST)**

*Theoretical-methodological
model for understanding the
disputes for hegemony in the
praxis of social movements: a
proposal derived from
research with the Landless
Rural Workers Movement (MST)*

*Modelo teórico-metodológico
para comprender las disputas
por la hegemonía en la praxis
de los movimientos sociales:
una propuesta derivada de la
investigación con el
Movimiento de Trabajadores
Rurales Sin Tierra (MST)*

RESUMO

A proposta de um modelo teórico-metodológico para a pesquisa sobre hegemonia em movimentos sociais, que apresentamos neste artigo, foi inicialmente elaborada a partir de pesquisa realizada com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para este artigo, retomamos a proposta original e aprimoramos a partir de produções bibliográficas recentes que desenvolvemos sobre os conceitos de hegemonia, contra-hegemonia e hegemonia popular. Embora o modelo tenha sido construído a partir da luta concreta de um movimento social específico, compreendemos que as categorias teóricas constituídas possam ser utilizadas na análise de outros movimentos sociais, principalmente aqueles que lutam por terra no campo e na cidade contra as diferentes formas de exploração e expropriação pelo capital.

Palavras-chave: disputas por hegemonia; movimentos sociais; MST; modelo teórico-metodológico.

ABSTRACT

The proposal for a theoretical-methodological model for research on hegemony in social movements, which we present in this article, was initially elaborated from research carried out with the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). For this article, we resumed the original proposal and improved it based on recent bibliographical productions that we developed on the concepts of hegemony, counter-hegemony and popular hegemony. Although the model was built from the concrete struggle of a specific social movement, we understand that the theoretical categories constituted can be used in the analysis of other social movements, especially those that fight for land in the countryside and in the city against different forms of exploitation. and expropriation by capital.

Keywords: disputes for hegemony; social movements; MST; theoretical-methodological model.

RESUMEN

La propuesta de modelo teórico-metodológico para la investigación sobre la hegemonía en los movimientos sociales, que presentamos en este artículo, fue inicialmente elaborada a partir de una investigación realizada con el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para este artículo retomamos la propuesta original y la mejoramos a partir de producciones bibliográficas recientes que desarrollamos sobre los conceptos de hegemonía, contrahegemonía y hegemonía popular. Si bien el modelo fue construido a partir de la lucha concreta de un movimiento social específico, entendemos que las categorías teóricas constituidas pueden ser utilizadas en el análisis de otros movimientos sociales, principalmente aquellos que luchan por la tierra en el campo y en la ciudad frente a diferentes formas de explotación y expropiación por parte del capital.

Palabras clave: disputas por la hegemonía; movimientos sociales; MST; modelo teórico-metodológico.

Submissão: 2-2-2023

Decisão editorial: 14-3-2024

Introdução¹

A origem do conceito de hegemonia está na relação entre campo e cidade, na constituição do operário e do camponês como classe e força política. Embora etimologicamente sua origem seja militar, significando a direção suprema do exército no grego antigo (Gruppi, 1978), a categoria teórica hegemonia emerge no início do século XX para explicar o processo da aliança de classes operário-camponesa junto aos democratas liberais, na chamada primeira revolução russa, como elo intelectual e político entre a teoria e a prática revolucionária, sob a liderança do operariado, para derrotar a autocracia do czarismo (Lênin, 2009 [1905]). O trabalho intelectual, por meio do partido e movimento social-democrata², na acepção leninista, é condição fundamental para a construção da hegemonia, para fazer valer a liderança ideológica da vanguarda revolucionária operária. Conquanto possamos identificar desenvolvimentos preliminares do conceito nos ensaios desenvolvidos

¹ Pesquisa apoiada pelo Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. Período 2021-2024.

² O nome do partido de Lênin era Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), que amiúde se dividiu entre bolcheviques e mencheviques.

por Plekhanov (1976) durante os anos de 1882 e 1883, e publicado em formato de livro no ano de 1896, em Stuttgart, na Alemanha, é em Lênin que podemos identificar os fundamentos teóricos e políticos utilizados por Gramsci (1999) em seus escritos, que creditam ao revolucionário russo “a importância filosófica do conceito e da realidade da hegemonia” (p. 242). Portanto, embora bastante associado a Gramsci, o conceito de hegemonia possui histórico anterior e desenvolvimentos fundamentais em Lênin.

A proposta de um modelo teórico-metodológico para a pesquisa sobre hegemonia em movimentos sociais, que apresentamos neste artigo, foi elaborada a partir de nossa pesquisa com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra³ - MST (Bastos, 2021a). Embora o modelo tenha sido construído a partir da luta concreta de um movimento social específico, compreendemos que as categorias teóricas constituídas: a hegemonia do/no espaço, da/na arte e cultura, da/na comunicação e socialização política e da/na educação possam ser utilizadas na análise de outros movimentos sociais, principalmente aqueles que lutam por terra⁴ no campo e na cidade contra as diferentes formas de exploração e expropriação pelo capital.

³ A pesquisa com o MST ocorreu em diferentes momentos de nossa formação. Parte das reflexões aqui desenvolvidas são oriundas de nossa pesquisa de doutoramento, desenvolvida entre 2011 e 2015. Contudo, a pesquisa foi retomada em projetos de pesquisa de nosso Laboratório, que conta com a participação de militantes do MST, e em livro publicado em 2021 e premiado em 2022 (Bastos, 2021a).

⁴ Como trataremos adiante, a luta por terra envolve a compreensão e a disputa por espaço, aspecto fundamental da luta de classes.

As categorias de análise gramsciana operam em nexos dialéticos, de unidade-distinção (Liguori, 2007) ou unidade-diferenciação (Bianchi, 2008), cujas distinções são metodológicas, não orgânicas, posto que atuam de maneira interativa, em caráter multidimensional na composição da totalidade concreta. Dessa maneira, como afirmamos em outra oportunidade: “ao destacar um dos aspectos de uma formação hegemônica, como a dimensão cultural, incorre-se no erro de ocultar a totalidade do processo, sua dimensão filosófica, econômica e política” (Bastos, 2020).

Conquanto essa distinção entre forma e conteúdo, estrutura e superestrutura, como bem demonstrou Gramsci (1999), seja mais didática do que prática, “já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (p. 238). Além disso, conforme afirma Williams (2011), os meios de comunicação são também meios de produção, posto que seus “meios materiais” são intrínsecos às formas de trabalho e organização social, portanto “indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção” (p. 69).

Temos insistido na argumentação acerca do caráter multifacetado e dialético de um processo hegemônico, o que contrasta com a noção de hegemonia constituída a partir de um nível da realidade, como a comunicação ou a cultura. A perspectiva aqui adotada não desvaloriza a dimensão comunicacional na constituição da hegemonia, muito pelo contrário. A comunicação é um nível fundamental para uma formação social hegemônica, para organizar, fortalecer e significar as lutas por hegemonia, mas estes são processos constituídos na totalidade, portanto a

hegemonia não se reduz ao comunicacional. Por isso pontuamos a imprecisão no uso do conceito comunicação contra-hegemônica, amplamente utilizado nos estudos de comunicação comunitária, popular e alternativa (Bastos, 2021b). Seria mais preciso falar de comunicação para outra hegemonia ou, ainda, comunicação para a hegemonia popular, como podemos classificar os processos comunicacionais desenvolvidos pelo MST, destacando o caráter projetivo e não imanente do conceito.

Hegemonia é um conceito desenvolvido e operacionalizado para pensar a práxis, a constituição dos sujeitos como classe e as suas articulações políticas com outras classes para se constituir como força hegemônica (Bastos, 2022), processo que possui na comunicação dimensão fundamental. No modelo aqui exposto, inspirado na dialética triádica⁵ lefevbreana, são propostos quatro níveis em articulação e múltipla determinação, considerando o nível econômico como determinante em última instância (Marx, 2008). São quatro os níveis de luta por hegemonia identificados na pesquisa: hegemonia do/no espaço social, hegemonia da/na comunicação, da/na arte e cultura e hegemonia da/na educação. Esses níveis não são estanques, eles se articulam na teoria e na práxis. Gramscianamente, são mais diferenciações metodológicas, didáticas, não orgânicas (Gramsci, 1999). Para este artigo, metodologicamente, adotamos com centralidade a teoria crítica, utilizamos o método dialético, realizamos pesquisa bibliográfica e coletamos

⁵ A peculiar versão da dialética de Lefebvre é triádica, e não binária, baseada em Hegel, Marx e Nietzsche. Não há síntese, como na dialética hegeliana, mas três momentos em conflito, interação ou aliança... (Schmid, 2008, p. 9).

depoimentos de dirigentes do MST em eventos dos quais participamos.

Notas sobre hegemonia

As reflexões sobre hegemonia, contra-hegemonia e hegemonia popular são centrais em nossas pesquisas. Nesse ínterim, como apontamos anteriormente (Bastos, 2020), aspectos fundamentais do conceito têm sido negligenciados na apropriação realizada pelos estudos culturais e pela área da comunicação em geral, sobretudo com relação à totalidade do conceito e o caráter em última instância econômico da hegemonia. O conceito de hegemonia abarca a totalidade, a relação concreta e de múltipla determinação entre estrutura e superestrutura em determinada formação econômico-social, tendo como horizonte ético-político a superação do bloco histórico e constituição de outra formação econômico-social. Dessa maneira, ao destacar um dos aspectos de uma formação hegemônica, como a dimensão cultural ou comunicacional, incorre-se no erro de ocultar a totalidade do processo, sua dimensão filosófica, econômica e política. Conforme argumenta Gramsci (2007a, p. 48), “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”.

Para o filósofo sardo (Gramsci, 2001, p. 20), há dois grandes planos superestruturais: a sociedade civil, o conjunto dos organismos privados que corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre o conjunto da sociedade, e a sociedade política, que corresponde ao “domínio direto” exerci-

do pelo Estado e governo jurídico. Essas funções são “organizativas e conectivas”, sendo os intelectuais os “prepostos” das classes dominantes para o exercício da hegemonia e do governo político. As referências ao “aparelho hegemônico” aparecem desde as primeiras notas em que Gramsci fala de hegemonia. Quando começa a elaborar seu novo conceito de hegemonia, com relação ao usado no período pré-carcerário, ainda no *Quaderno 1*, em passagem sobre a história política francesa, é feita menção ao difícil exercício da hegemonia em período pós-guerra, com a “quebra” do aparelho hegemônico. Dessa maneira, o conceito aparece como fundamental para o exercício da hegemonia e sua desagregação leva à crise desta.

O conceito de aparelho hegemônico cria também um elo conceitual com o “Estado integral”, conceito ainda em formação naquele momento, e “oferece uma base material à concepção gramsciana de hegemonia, não assimilável a uma concepção idealista, culturalista ou liberal” (Liguori, 2014, p. 76). No *Quaderno 10*, aparelho hegemônico e ideologia aparecem vinculados explicitamente. O aparelho hegemônico serve para criar “novo terreno ideológico”, para consubstanciar uma “reforma filosófica”, uma “nova concepção de mundo” (Liguori, 2014, p. 77). Coutinho (1992, p. 77) ressalta que a novidade na formulação de Gramsci não está tanto em relação ao conceito de hegemonia, desenvolvido inicialmente por Lênin, mas ao mostrar que a hegemonia, como “figura social”, possui base material própria, espaço autônomo e específico de manifestação. Essa materialidade da hegemonia é objetificada pelos aparelhos privados, pela sociedade civil. Propomos

o conceito de aparelhos populares de hegemonia para designar organizações e instituições, cujos processos de formação política e produção simbólica contribuem para a construção de um projeto de poder popular. A comunicação comunitária, popular e alternativa orientada por um projeto de hegemonia popular possui potencial para contribuir com o momento catártico gramsciano, com a “passagem do momento puramente econômico ao momento ético-político, isto é, a síntese do próprio processo dialético” (Gramsci, 1999, p. 293).

Hegemonia do/no espaço

A produção do espaço é um nível central na luta pela hegemonia. É na luta pela produção e domínio do espaço que se materializa a luta de classes no campo e na cidade. A luta pelo/no espaço social é condição para a materialização da existência do MST e outros movimentos sociais. Para se reproduzir como movimento social, para a reprodução social das famílias camponesas, movimentos socioterritoriais como o MST precisam lutar pelo espaço, ocupar a terra, espacializar e territorializar a luta (Fernandes, 2000; 1999). O MST se formou a partir das ocupações de terra em diferentes estados, com foco na região sul do país, no final da década de 1970. Os assentamentos conquistados são a retaguarda econômica do Movimento, como afirmam os dirigentes, além de serem o lócus fundamental para a construção massiva da formação política.

No processo de produção do espaço, o MST se aproxima da cidade através da espacialização da luta, da ocupação e conquista de territórios. E a cidade se aproxima do MST pela espacialização

da modernização capitalista no campo, derrubando fronteiras, modos e meios de vida. O MST precisa do espaço para se reproduzir como movimento social e para a reprodução social das famílias camponesas. O capital, representado pelo bloco de poder do agro-negócio, precisa dominar o espaço para ampliar seu processo de acumulação e reprodução. “O domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes (e intraclasse)” (Harvey, 2010, p. 212). A partir do desenvolvimento tecnológico, que propicia a compressão do espaço por meio do tempo (Harvey, 2010), diminuindo as distâncias e acelerando os processos de produção e circulação material e simbólica, o capital se expande geograficamente e amplia seu processo de acumulação, central para a reprodução do capital. Na luta pela produção do espaço social no campo, os movimentos camponeses, indígenas e quilombolas enfrentam a aliança de classes do agro-negócio com os fazendeiros empresários, as transnacionais do setor, o capital financeiro e o Estado. São perspectivas e materializações distintas do espaço e do tempo, que colocam em conflito a reprodução dos trabalhadores do campo e do capital.

O Estado possui um papel central na constituição estratégica do poder, na produção do espaço social, na reprodução do capital e das relações de produção no espaço, porque dispõe de códigos, estratégias⁶ e recursos de poder que manipula. A estratégia

⁶ O alcance da ideia de estratégia está na totalidade, no conjunto das relações de força e poder que compõem o global. “Em resumo, Estratégia não é constituída nem por concepções admitidas por um “sujeito” genial, o Chefe, nem pela aplicação pormenorizada dum sistema doutrinal preexistente. Ela resulta sempre de um encadeamento de acasos e de necessidades sempre particulares: as

de relação do Estado com as forças produtivas, com as relações de propriedade, do solo, da terra, apoiado sobre as classes sociais e frações de classe, o torna "sujeito total que age para conservar e reproduzir suas próprias condições" e o objeto total é o espaço político absoluto, espaço estratégico porque lugar e meio de poder (Lefebvre, 2000, p. 36). Assim, espaço social se torna espaço político a partir das decisões tomadas pelo Estado (Lefebvre, 1977). Lefebvre atesta que o poder está em toda parte, é onipresente, ocupa o espaço - com o crescimento econômico, o mercado e o Estado -, que se torna lugar da reprodução das relações de produção.

As questões do tempo e espaço têm despertado o interesse de outras áreas das ciências humanas e sociais, como a comunicação, ao ponto de Schmid afirmar que "a "virada espacial" tem tomado conta das ciências sociais". (Schmid, 2008, p. 2). Essas novas configurações espaço-temporais moldam um cotidiano amiúde marcado pela grande velocidade das transformações materiais e simbólicas, pela onipresença de referenciais globais de consumo. A produção do espaço segue a lógica da produção de mercadorias, logo fetichiza, dissimula relações sociais, no entanto, possui especificidades: é produto e meio de produção, condição e resultado, substancia a unidade entre forças produtivas, relações de produção, natureza, Estado e superestruturas (Lefebvre, 2000).

confrontações de forças diversas e desiguais, repartidas por dois campos opostos (se houver três partidos em presença, a situação complexifica-se extraordinariamente). Os objetivos, os interesses, as vontades, as representações das diversas frações empenhadas na luta, as concepções dos dirigentes, tudo isso desempenha o seu papel. (Lefebvre, 1977, p. 243-244).

Seguindo a lógica da tríade dialética, Lefebvre desenvolve instâncias, dimensões ou níveis para uma análise tridimensional da produção do espaço: prática espacial, representações do espaço e espaços de representação. De forma correspondente, desenvolve três conceitos que se referem aos processos ativos, individuais e sociais, de autoprodução do homem e autoprodução da sociedade no espaço: espaço vivido, concernente às práticas espaciais, espaço percebido, correspondente às representações espaciais, e espaço concebido, concernente aos espaços de representação (Schmid, 2008).

A dimensão da prática social se refere à materialidade do espaço e das relações sociais, redes de interação, comunicação e trajetos cotidianos, processos de produção, relação e troca. É o espaço vivido, que se produz com as experiências, práticas sociais da vida cotidiana, no qual subsiste também o residual, que pode ser expresso por meios artísticos e captado pela ciência. A dimensão representações do espaço está no nível do discurso e da linguagem, que, destaca Lefebvre, são polivalentes, podem tanto revelar quanto ocultar a realidade e contribuem para reproduzir as relações de produção. (Lefebvre, 1977). Informações, descrições, definições científicas, mapas e plantas se incluem nessa dimensão. É o espaço percebido pelos sentidos, por meio de todas as possibilidades sensitivas, criadoras e criativas, relacionado diretamente com a materialidade do espaço e seus elementos constitutivos. Espaços de representação constituem a terceira dimensão proposta por Lefebvre e constitui a dimensão simbólica do espaço, ligado ao imaginário social, ao poder que determinado espaço representa, tendo como referente o Estado,

gênero, classes sociais, religião etc. Essa dimensão está ligada ao aspecto do espaço concebido.

A expansão do MST no território nacional por meio de suas lutas e conquistas, aproxima o Movimento cada vez mais dos grandes centros urbanos e dos elementos materiais e simbólicos da modernidade – estradas, transportes, plataformas digitais, indústria cultural – que passam a fazer parte do cotidiano, engendrando novos desafios e proporcionando aproximações com os trabalhadores da cidade, ao serem desenvolvidos referentes comuns para a comunicação, a experiência e a socialização política. Nesses espaços limítrofes, nas zonas de fronteira entre campo e cidade, superpõem-se espaços sociais distintos, o global e o local, o moderno e o tradicional, o urbano e o rural, o camponês e o operário, favorecendo tanto a integração pelo mercado como possíveis diálogos e alianças entre a classe trabalhadora.

Hegemonia da/na arte e cultura

Arte, cultura, comunicação e educação constituem níveis de luta hegemônica que se interligam dialeticamente. A cultura se materializa fundamentalmente por meio da linguagem, da comunicação e da arte. A cultura está presente tanto na linguagem que se objetiva na vida cotidiana, mediando expressão, conhecimento e reflexão sobre o mundo, como na linguagem corporificada no esforço criativo, que provém do cotidiano, da sua materialidade, e a este retorna em movimento pedagógico transformador. Ou seja, cultura como herança histórica, como legado material e simbólico, que orienta as práticas sociais, reflete e refrata a realidade; e a cultura como dimensão crítica e reflexiva, com potencial linguístico, estético, para transformar as práticas sociais e a realidade.

Celso Frederico (2000, p. 304) sugere que o reflexo próprio da vida cotidiana, o pensamento cotidiano, pressupõe um “materialismo espontâneo”, porque os homens percebem intuitivamente a existência do mundo exterior independentemente da sua consciência, porém de maneira imediata, sem conhecer a essência dos fenômenos. Conforme Lukács, na leitura de Frederico (2000), a arte e a ciência constituem meios para a superação da cotidianidade, porque são formas puras e desenvolvidas de reflexo e recepção da realidade objetiva, tendo a vida cotidiana como ponto de partida e chegada dessas criações. A arte educa o homem, proporcionando elevação ao gênero humano, transcendendo-o à fragmentação do fetichismo da sociedade mercantil. Esse contínuo retorno ao cotidiano, esse processo de circularidade, enriquece espiritualmente o homem. Contudo, há grande complexidade para se avaliar de que forma a arte serve apenas ao entretenimento, à reprodução das relações de produção, e de que forma eleva as contradições a um nível superior.

O processo pedagógico também se concretiza por meio da linguagem, da comunicação, o que pressupõe a dimensão e mediação antropológica da educação, o encontro e diálogo entre os homens mediatizados pelo mundo, como sempre demonstrou Paulo Freire. Quando o mestre afirma que: “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1977, p. 69), evidencia-se a relação intrínseca entre educação, comunicação e cultura. Nem toda ação cultural e comunicativa é educadora, na acepção libertadora freireana. Mas,

indubitavelmente, são sempre instâncias constitutivas do ser social, por isso campos de disputa entre projetos dominantes e aqueles que intencionam eticizar o mundo (Freire, 2000).

Coerente com a perspectiva marxiana e freireana da sua luta política, os debates sobre arte, cultura e comunicação no MST centralizam-se na função pedagógica desses elementos e níveis de luta hegemônica. O que orienta os esforços criativos nos setores e coletivos de cultura, comunicação e educação é a formação de novos homens e novas mulheres. Essa realidade se evidencia na evolução da história, organização e luta política do MST. A produção cultural da juventude possui grande potencial para a aproximação social e política entre campo e cidade, como ocorre por meio do rap do Veneno H2, grupo formado por jovens militantes do MST (Bastos, 2016).

Hegemonia da/na comunicação e socialização política

O nível da comunicação na luta do MST pela hegemonia é estratégico. A comunicação atua na tradução e implementação das linhas políticas do Movimento junto à base e à sociedade. Conforme a conjuntura econômica, política e social, o momento histórico das relações e luta de classes no campo e na cidade, a comunicação se desenvolve estrategicamente para organizar e educar politicamente a luta, o Movimento, a base, assentamentos, acampamentos, escolas e o conjunto das relações do MST. Mantém-se como dimensão fundamental para a luta contra-hegemônica (Williams, 1979) e conquista dos objetivos que erigiram o MST: a luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais que levem à construção do socialismo.

Parafrazeando Thompson (1987b), podemos dizer que a consciência e a força política do MST tanto se formaram, com as transformações materiais e políticas históricas, quanto foram constituídas pelo Movimento, por meio de suas lutas por outra hegemonia. Assim como o MST chegou como força política à cidade, a cidade se aproxima continuamente do campo com a reprodução ampliada do capital. Quando Thompson (1987a, 1987b, 1987c) analisa a formação da classe operária inglesa, entre 1790 e 1830, explica que se trata de um processo econômico, político e cultural. Juntamente às inovações técnicas da Revolução Industrial, há um processo de identificação dos diversos grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes, o desenvolvimento do trabalho intelectual, a autoeducação política, diversos esforços de comunicação com uso de jornais, panfletos, cartuns, marchas e, desde 1832, a consolidação da organização política por meio de instituições da classe operária: sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos, educativos e periódicos.

Embora não confira a mesma importância ao cultural, à articulação da experiência, que o historiador britânico, na exposição de Marx sobre a formação da classe burguesa, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, podemos verificar o valor da identificação cultural e das comunicações para a sua formação.

Os burgueses, na Idade Média, em cada cidade eram obrigados a se unir contra a nobreza rural, a fim de se defender. A expansão comercial e o *estabelecimento de comunicações* levaram cada cidade a conhecer outras que haviam imposto os mesmos interesses na luta contra os mesmos opositores. Das numerosas burguesias locais de diferentes cidades é que se formou,

lentamente, a *classe* burguesa. (...) Pela ligação criada entre as diferentes cidades, essas *condições comuns* se transformaram em condições de classe. (Marx, 2012, p. 87, grifos nossos).

Ao afirmar que, se não houvesse “o estabelecimento de comunicações” entre as cidades, Marx se refere principalmente às redes materiais de comunicação, às ligações por estradas. Essas, por sua vez, geraram processos de comunicação e identificação entre a burguesia, o que proporcionou as “condições comuns”, “os mesmos costumes”, que erigiram as condições de classe. É o movimento histórico, dialético, objetivo e subjetivo, no entrelaçamento contínuo entre as condições objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas, na fricção entre determinações materiais e experiências que se constituem as classes.

Na definição das condições de formação dos novos movimentos sociais é possível notar um processo semelhante aos de formação de classe. É claro que nem todo movimento social se forma e se desenvolve a partir das condições e identificações de classe. Inclusive, esse é um dos principais pontos de tensão na formação dos movimentos sociais em rede: os diferentes processos sociais e políticos constitutivos de suas lutas, que envolvem consciência de classe e políticas de identidade (Hall, 1999) - questões étnicas, de gênero, geração, ambientais, entre outras. A ênfase em particularidades que caracterizam os chamados novos movimentos sociais e toda produção teórica decorrente pode desencadear no que chamamos de “dialética da insularidade”, o risco de insulamento dessas lutas ao se circunscreverem ao seu território político e semântico (Bastos, 2020).

O MST possui suas características, distinções, potencialidades e limitações nas lutas pela hegemonia. Sendo o movimento social uma ação coletiva que exige identificação objetiva e subjetiva dos seus agentes, oponentes claros e um projeto de mudança (Scherer-Warren, 2009, 2008; Gohn, 2010), sempre haverá, no mínimo, três processos comunicativo-político-pedagógicos necessários para colocar em marcha suas reivindicações.

Em primeiro lugar, junto a sua base, a militância do movimento. Nenhum movimento social sobrevive se não mantiver a identificação, o comprometimento e o amor da militância em torno dos seus objetivos, da sua causa. Em seguida, é preciso agenciar o Estado, espaço da formulação e de decisão das políticas públicas; e de educação política por meio dos esforços comunicativos das suas diversas instâncias. O movimento social não vai assumir o Estado em sentido estrito, mas atua como aparelho de hegemonia no Estado ampliado, orientado por um projeto de poder e de classe, o que demanda a constante negociação e debate com instâncias governamentais diversas. E, finalmente, precisa se comunicar com a sociedade. Todo movimento social ganha força política, mobilidade, espaço, abertura ao diálogo, se tiver apoio da opinião pública. Com a centralidade e capilaridade que os *media* possuem, sua força ideológica na formação da opinião pública é enorme. Gramsci (2007a) pontua que a opinião pública realiza a mediação e a sustentação do "consenso da maioria", expresso por seus órgãos como jornais e associações, possibilitando o exercício da hegemonia por meio da combinação equilibrada de força e consenso (p. 95).

A comunicação interativa se mostra muito mais presente na sociabilidade política, nos encontros, intercâmbios e lutas conjuntas, do que mediada pelas plataformas digitais. Joaquin Piñero⁷ afirma que, desde sua criação, o MST teve a preocupação de construir relação com movimentos sociais de outros países, principalmente com aqueles ligados às questões da terra. Contudo, as alianças, a comunicação e socialização política entre o MST e outros movimentos sociais se desenvolve principalmente nas articulações e lutas políticas comuns. Podemos dividir historicamente as alianças políticas do MST com a cidade em quatro principais momentos: do surgimento do MST até 1995, quando as alianças se concentram na solidariedade à luta do Movimento pela Igreja, o PT e a CUT; de 1996 a 2002, momento histórico de maior avanço político das alianças entre MST e a classe trabalhadora urbana, com destaque para a grande marcha a Brasília, em 1997; de 2003 a 2014, quando há contínuo enfraquecimento entre as alianças políticas do MST com a cidade e entre as forças de esquerda de um modo geral, apesar de serem anos de governo do PT em âmbito federal; e a partir de 2014, quando o MST propõe, em seu VI e último Congresso Nacional, a sua proposta de Reforma Agrária Popular, daí o lema, a palavra de ordem: "Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!". O lema do Congresso possui a função pedagógica e comunicativa de orientar as tarefas e desafios junto à base e também apresentar a pauta

⁷ Coletamos informações com Joaquin Piñero, na época coordenador nacional do coletivo de relações internacionais do MST, em seminário promovido pelo Jornal Brasil de fato junto ao Departamento de Jornalismo da PUC-SP, "Jornalismo Popular: movimentos sociais e desafios da comunicação", no dia 26/11/2011.

e linha política de atuação do MST para a sociedade. Em síntese, a Reforma Agrária Popular versa sobre um projeto de desenvolvimento para o campo, com o objetivo de produzir alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos, com matriz tecnológica agroecológica, beneficiando trabalhadores do campo e da cidade. Em suma, o MST busca provar ao trabalhador urbano e à sociedade, que a reforma agrária popular funciona na prática. As diversas lojas do Armazém do Campo espalhadas pelo país e as doações de toneladas de alimentos durante a pandemia de Covid 19 são manifestações dessa “pedagogia do exemplo”.

Hegemonia da/na educação

O objetivo desta seção é expor a organização pedagógica do MST para a luta hegemônica que se dá no nível da educação. Apresentaremos as matrizes pedagógicas do MST, conforme a compreensão do Movimento. As instituições educacionais são os principais agentes de transmissão e incorporação da cultura dominante (Williams, 2005). E, conforme Gramsci (2001), é principalmente por meio da formação de novos intelectuais que se pode mudar o panorama ideológico de uma época. Este é um nível estratégico de luta pela hegemonia, tanto para a reprodução da cultura dominante como para a construção da hegemonia popular, para a prática da educação libertadora. Paulo Freire é a principal inspiração teórica, intelectual e política para a pedagogia do MST, além do revolucionário cubano José Martí e do pedagogo soviético Anton Makarenko (Morissawa, 2001).

Paulo Freire (2000) valoriza o papel das organizações e movimentos sociais para a prática da educação libertadora. Além das suas práticas, experiên-

cias amorosas, intelectuais e políticas como educador popular, o educador demonstra teoricamente essa valorização da organização popular quando afirma que “a leitura crítica do mundo é um que-fazer pedagógico-político indicotomizável do que-fazer político-pedagógico, isto é, da ação política que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade” (p. 42). Toda a elaboração teórica da pedagogia do MST partiu das lutas e práticas pedagógicas do Movimento, dos desafios teóricos e práticos oriundos da luta pela/na terra. O interesse do MST pela educação parte de problemas concretos, pelas condições históricas objetivas de evolução do MST como movimento social. Segundo Erivan⁸, da Coordenação Político Pedagógica (CPP) da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), o MST é um movimento que organiza as famílias a lutar pela terra e é principalmente a presença das famílias e crianças nas primeiras ocupações, acampamentos e assentamentos do MST, que demarca e engendra no interior do MST a questão da educação.

Um dos aspectos fundamentais, que compõe o MST desde o seu início, é o fato do MST existir e reproduzir a sua existência como movimento social, no cotidiano, nas diferentes instâncias de atuação no movimento, por meio de princípios educativos, do seu autorreconhecimento como movimento social pedagógico. A educação é pensada na totalidade da existência do MST. A educação ocorre no aspecto formal – ensino básico, fundamental, médio, técnico, graduação e pós-graduação, nas escolas do movimento e em parcerias com outras instituições

⁸ O depoimento de Erivan foi coletado em palestra sobre a pedagogia do MST, ministrada no dia 30/11/2013, na ENFF.

– e também na produção da existência social do MST, no conjunto das suas práticas sociais. As ocupações de terra, por exemplo, quando se constitui um acampamento, tem um aspecto pedagógico, é um ato educativo fundamental para a ideologia, para a constituição da identidade Sem Terra. Outro aspecto central é que, assim como as demais secretarias e coletivos que compõem o Movimento, o Setor de Educação do MST faz parte do projeto político de país em proposição pelo MST que, por sua vez, está inserido em um projeto de sociedade com o qual confronta. Portanto, a educação do MST tem interfaces com questões econômicas, políticas, sociais, culturais, comunicacionais e ambientais.

O setor de educação do MST tem o desafio de pensar formação tanto nos aspectos materiais, econômicos, a relação com a terra, como nos aspectos espirituais, a consciência política, a perspectiva humana e de vida das mais de 600 mil famílias assentadas e cerca de 200 mil famílias acampadas. Considera-se como narrativa de origem do Setor de Educação do MST a experiência de uma equipe de professores que se formou para educar crianças na Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, nos primórdios do Movimento. O Setor Nacional de Formação do MST foi oficializado em 1987, no 1º Encontro Nacional de Educação, em São Mateus, Espírito Santo (Morissawa, 2001). A partir de 1990, começam a desenvolver os Cadernos de Formação específicos para a educação. O primeiro Caderno, publicado em 1991, foi “O que queremos com as escolas de assentamentos”. Os princípios filosóficos que representam a visão de mundo, o que o MST entende por sociedade e educação são os seguintes:

- Educação para a transformação social;
- Educação de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo;
- Educação para o trabalho e a cooperação;
- Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;
- Educação como processo permanente de formação/transformação humana (Morissawa, 2001, p. 246).

Na compreensão do Movimento, não existe uma matriz pedagógica, mas matrizes pedagógicas do MST. A matriz pedagógica principal é a *Pedagogia da Luta Social* (Caldart, 2004), que envolve a mobilização, ação e transformação sociais. Esta matriz pedagógica parte da constatação prática de que a luta educa, de que é a partir da ação social da luta, do enfrentamento direto, da ocupação da terra, das marchas, das caminhadas, dos protestos, que se entende como funciona a sociedade.

A segunda matriz é a *Pedagogia da Organização Coletiva*. Essa matriz denota a preocupação do Movimento em organizar as pessoas e as lutas que compõem o MST, o entendimento de que a organização é um ato pedagógico. Conforme Caldart (2004, p. 342, *italico da autora*), “como os sem-terra do MST se educam enraizando-se e fazendo-se uma *coletividade em movimento*”. É importante a formação das pessoas para a compreensão de que o MST faz parte de uma luta coletiva, que cada um possui o seu papel, funções e tarefas. Outro aspecto ligado a essa matriz pedagógica é a construção da unidade na ação, da unidade entre teoria e prática política em todos

os níveis: no acampamento, no assentamento, na organização regional, municipal, estadual e nacional. Segundo Judite Stronzake⁹: “É a ação que demonstra o grau de unidade que existe ou não. Não é na reunião. Na reunião podemos chegar num consenso, em um entendimento. Mas é depois, no fazer, na ação, todos darem o primeiro passo juntos”.

A *Pedagogia da Terra* possui lugar estratégico na formação e organização da luta do MST, porque está diretamente ligada ao antagonismo de classe presente no modo de produção e nas relações sociais de produção que têm na terra sua matriz produtiva fundamental, juntamente com as forças produtivas: o trabalho e as técnicas de produção. Para Caldart (2004, p. 351, *itálico da autora*), essa matriz pedagógica envolve o processo de autoeducação dos Sem Terra na “sua relação com a *terra*, com o *trabalho* e com a *produção*”. Trabalho e terra são fontes criadoras de valores de uso, de riqueza material, que satisfazem necessidades humanas de consumo: alimento, moradia etc. (Marx, 2010). Portanto, a Pedagogia da Terra trabalha a conscientização, a formação dos Sem Terra do ponto de vista político – a luta pela reforma agrária, contra a propriedade privada da terra, os latifúndios –, do ponto de vista econômico – a luta pelo trabalho na terra, contra o agronegócio e sua lógica produtiva, voltada para a monocultura e o intenso uso de agrotóxicos –, e também do ponto de vista social, cultural e pedagógico. O trabalho possui um papel central na cultura e na pedagogia Sem Terra.

⁹ A fala de Judite foi coletada na palestra *Matrizes pedagógicas e educativas do MST*, ministrada na ENFF, dia 27/04/2013.

A noção sobre território é fundamental para a *Pedagogia da Terra*. A ocupação, conquista, apropriação, uso e manutenção do território em luta constante contra o capital. O sentido do território envolve pensá-lo e trabalhá-lo no seu conjunto: integração entre natureza, meio ambiente, ser humano, água, nascentes, bosques, animais, pessoas, cultura e modo de vida. É muito importante educar o Sem Terra de que o território conquistado “serve de retaguarda econômica para as ações do MST”, como atesta Judite Stronzake, e que é fundamental que esse Sem Terra em posse da terra permaneça participando das ações e das lutas do movimento.

A quarta matriz pedagógica é a *Pedagogia da Cultura* ou “como os sem-terra do MST se educam cultivando o *modo de vida* produzido pelo Movimento” (Caldart, 2004, p. 360, itálico da autora). Nessa dimensão de luta e formação, defendem o modo de vida camponês como central na vida cotidiana. Acreditam que há coisas ruins na cultura camponesa que precisam ser modificadas. Uma questão importante é que esse camponês não está isolado da sociedade capitalista e, portanto, reproduz a cultura, modo de vida e princípios que compõem o capitalismo. Falam em “recriar outra perspectiva de uma nova cultura camponesa”, segundo Judite Stronzake. A *Pedagogia da Cultura* trabalha a identidade de pertencimento a um movimento social organizado e em movimento.

A *Pedagogia da história*, a quinta matriz, envolve o cultivo da memória e o aprendizado da história (Caldart, 2004). A *Pedagogia da história* educa no sentido de respeitar a memória dos movimentos sociais que antecederam o MST, sobretudo daqueles ligados à luta pela terra, tanto do Brasil como de outros países: povos

indígenas, negros, Canudos, Ligas Camponesas etc. E educam para a visão humilde de que outros movimentos virão, que o MST é uma ponte entre o passado e o futuro, com a responsabilidade de conhecer, respeitar e difundir com cuidado essa história.

A *Pedagogia do Movimento* é a sexta matriz pedagógica do MST. Esta matriz educa o sentido do movimento, da dinâmica permanente dos processos que fazem com que o MST esteja sempre em movimento, materialmente e espiritualmente. Judite Stronzake cita Rosa Luxemburgo: "Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem".

A *Pedagogia da Alternância* conclui as matrizes pedagógicas do MST. Todos Sem Terra têm que estudar. E o movimento busca conciliar o estudo, a pesquisa, conhecimento e concepções, que acontecem em cursos de formação e intercâmbios com outros movimentos sociais em diversos municípios, estados, países, com o retorno desse trabalho para as comunidades de origem desses camponeses estudantes. É comum lideranças do MST participarem de brigadas em países de diversos continentes, sobretudo aqueles com história e realidade de lutas populares, como Cuba, Venezuela, Bolívia, Nicarágua etc. O camponês deve ter uma tarefa, uma função dentro de sua comunidade, assentamento ou acampamento, para colocar em prática o que aprendeu.

Considerações finais

A identificação das contradições e o processo de superação do capital demandam a aliança de frações da classe trabalhadora e a elaboração de mediações, formação e lutas teóricas e políticas. Como sugere Gui Debord 2003, § 175), a história econômica

tem derrubado as fronteiras entre campo e cidade, mas não levando à “superação da sua cisão” e, sim, ao seu “desmoronamento simultâneo”. É a vitória do fetichismo da mercadoria e sua exacerbação: o espetáculo, as relações entre os homens mediadas por “imagens” (ibid., §4). A consciência política, a noção de que lutam contra o mesmo bloco de poder, a consciência sobre a necessária luta comum para sua emancipação, pode unir os trabalhadores do campo e da cidade como classe. “Os indivíduos, isoladamente, só formam uma classe na medida em que têm de empreender uma luta comum contra outra classe; no restante, eles se defrontam como inimigos na concorrência” (Marx, 2012, pp. 87-88).

As categorias de análise para estudo sobre hegemonia que apresentamos neste artigo resultam de análise sobre a formação, comunicação e socialização política do MST, com foco central na sua relação com o trabalhador urbano e cidade. Contudo, os níveis de luta que identificamos: hegemonia do/no espaço, da/na arte e cultura, da/na comunicação e socialização política e da/na educação se relacionam com a práxis de todo movimento social que se insere em luta contra-hegemônica e podem ser fecundos para outras pesquisas, levando-se em consideração as características concretas dessas lutas, as transformações históricas e as especificidades dos processos de formação social, cultural, comunicacional e política.

Referências

BASTOS, Pablo Nabarrete. Rap da roça: Diálogos políticos entre a juventude do campo e da cidade. **Comunicação & Educação**, v. 21, p. 39-47, 2016.

BASTOS, Pablo Nabarrete. *Dialética da insularidade: Notas para compreensão da hegemonia popular*. In: 29º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 2020. **Anais Eletrônico [...]**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020.

BASTOS, Pablo Nabarrete. **Marcha dialética do MST: formação e comunicação política** entre campo e cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2021a.

BASTOS, Pablo Nabarrete. *Atuação das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo no Facebook na campanha presidencial de 2018*. **E-COMPÓS**, v. 24, p. 1-22, 2021b.

BASTOS, Pablo Nabarrete. **ENGAJAMENTO COM O COMUM E AS DISPUTAS POR HEGEMONIA**. In: ANAIS DO 31º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2022, Imperatriz. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2022.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política**. Campinas: Alameda Editorial, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DEBORD, Gui. **Sociedade do espetáculo**. eBookLibris, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra: Formação e Territorialização** em São Paulo. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FREDERICO, Celso. *Cotidiano e arte em Lukács*. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. 33ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu (MG), 17 a 20 de outubro de 2010. **Anais [...]**. Caxambu, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2010.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: Martins, J. S. e Foracchi, M. (orgs.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Grupo As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LIGUORI, Guido. Aparelho hegemônico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LENIN, V. I. WORKING-CLASS AND BOURGEOIS DEMOCRACY. In: **COLLECTED WORKS**. Volume 8. January-July 1905. Digital Reprints, 2009.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PLEKHANOV, Georgi. Essays on the History of Materialism. In: PLEKHANOV, Georgi. **Selected Philosophical Works**, Vol.II, Moscow 1976, pp.31-182.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? **Agência Brasil**, maio/2008. Disponível em: <www.agenciabrasil.gov.br/noticias>. Acesso em: 20/01/2014.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (tradução Marta Inez M. Marques e Marcelo Barreto). In: Goonewardena, K. (Ed.). **Space, difference, everyday life**: reading Henri Lefebvre. New York, Routledge, 2008.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I**: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II**: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa III**: A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Base e estrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 210-224, mar.-maio 2005.

WILLIAMS, Raymond. Meios de comunicação como meios de produção. In: WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DADOS DO AUTOR

PABLO NABARRETE BASTOS

UFF) – Professor do Departamento de Comunicação Social, do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Visitant researcher at University of Westminster (2024), com bolsa do CNPq. Doutor em Ciências da Comunicação, linha de pesquisa de Comunicação, Cultura e Cidadania, pela ECA-USP. Pós-doutorado em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5981-9107>. E-mail: pablobastos@id.uff.br